

CIDADE: DELAS E PARA ELAS - A PERSPECTIVA FEMININA NOS ESPAÇOS URBANOS

 <https://doi.org/10.56238/arev7n1-011>

Data de submissão: 01/12/2024

Data de publicação: 01/01/2025

Gisele Carignani

Doutora em Urbanismo
Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
E-mail: gisele.carignani@univag.edu.br
Orcid: orcid.org/0009-0002-7156-579X
Lattes: lattes.cnpq.br/1138942613997317

Bruna Caroline Rottava

Graduada em Arquitetura e Urbanismo
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
E-mail: brunarottava21@gmail.com

Jessica Seabra

Doutora em Arquitetura e Urbanismo
Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG
E-mail: jessica.seabra@univag.edu.br
Lattes: lattes.cnpq.br/1485109054536917

Caio Cesar Tomaz de Oliveira

Mestre em Arquitetura e Urbanismo
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
E-mail: Caio.cesar@unemat.br
Orcid: orcid.org/0000-0002-7806-2741
Lattes: lattes.cnpq.br/5119564424103577

RESUMO

A cidade é um espaço onde as relações sociais se materializam e se reproduzem. Historicamente, essas relações têm sido moldadas por uma lógica de dominação e pela produção de desigualdades inerentes ao sistema capitalista. Por décadas, a organização dos espaços públicos foi concebida predominantemente para atender às necessidades masculinas, ignorando as demandas específicas de outros grupos sociais, em particular das mulheres. No entanto, esses espaços, muitas vezes, permanecem inadequados para atender às suas necessidades. Ambientes urbanos inseguros e a escassez de infraestruturas básicas comprometem o direito das mulheres à cidade, restringindo sua mobilidade e participação plena na vida urbana. Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo compreender as perspectivas das mulheres sobre os espaços públicos, com foco especial no grupo de mães solteiras no município de Barra do Bugres – Mato Grosso. Para isso, foram analisados dados estatísticos nacionais, realizadas pesquisas bibliográficas sobre gênero e urbanismo, aplicado um questionário online às mulheres do município e conduzida uma avaliação técnica e subjetiva dos espaços que elas frequentam. Com base nesses levantamentos, buscou-se desenvolver diretrizes para a criação de espaços públicos mais equitativos e inclusivos, capazes de atender às necessidades específicas das mães e, conseqüentemente, beneficiar toda a comunidade. Este trabalho reforça a

urgência de incorporar as perspectivas femininas no planejamento urbano, evidenciando sua importância para a construção de cidades verdadeiramente justas e inclusivas.

Palavras-chave: Espaços públicos, Igualdade de gênero, Mulheres.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu de diversas inquietações e questionamentos acerca da relação entre as mulheres e os espaços urbanos. A escolha do tema foi motivada por experiências pessoais e relatos de amigas e conhecidas sobre situações vividas nas ruas de Barra do Bugres. Além disso, buscou-se compreender as histórias das mulheres nesse contexto e refletir sobre como seriam as cidades planejadas para e por mulheres.

Ao aprofundar a discussão sobre gênero, tornou-se evidente a repetição de vivências comuns entre as mulheres nas cidades: o medo constante, a necessidade de andar em grupo à noite, a evasão de espaços escuros, a preocupação com a escolha das roupas e a frequência quase diária de assédios nas ruas. Essas formas de violência e insegurança, muitas vezes enfrentadas em silêncio, destacam a urgência de transformar os espaços públicos para que se tornem verdadeiramente inclusivos e seguros para as mulheres.

Compreende-se, assim, que as cidades, em sua concepção original, não foram feitas para atender às mulheres. Elas falham em garantir o direito fundamental de ir e vir, tratando as mulheres como excluídas das soluções urbanas. Essa exclusão invisibiliza as necessidades específicas de gênero e perpetua a desigualdade nos ambientes urbanos.

Este trabalho, portanto, busca contribuir para a compreensão da segregação de gênero no espaço urbano e como ela afeta diretamente a vivência das mulheres. Pretende-se explorar as perspectivas femininas sobre a cidade, considerando seus desejos, necessidades, dificuldades e experiências. Apenas ao integrar as necessidades de ambos os gêneros no planejamento urbano será possível garantir o pleno direito à cidade para todas e todos.

Essas indagações levantam questionamentos, como o que pode ser feito para que os espaços públicos atendam mais as questões de gênero? Como seriam espaços públicos planejados a partir da perspectiva das mulheres?

O presente estudo tem como objetivo geral enfatizar a necessidade urgente de reconhecer a mulher como uma usuária do espaço público com demandas específicas que devem ser consideradas no processo de planejamento urbano.

Entre os objetivos específicos, o trabalho propõe investigar a história do urbanismo e as relações sociais que moldaram a configuração atual das cidades, evidenciando como essas estruturas influenciam a experiência das mulheres. Além disso, busca compreender a realidade contemporânea das mulheres nos espaços urbanos, explorando os medos, desafios e dificuldades que elas enfrentam no exercício de seu direito à cidade.

2 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa-quantitativa, de natureza exploratória e descritiva, com base no método hipotético-dedutivo. A pesquisa foi estruturada em três etapas principais: revisão bibliográfica, coleta de dados empíricos e análise técnica e subjetiva.

Para embasar teoricamente a investigação, foi realizada uma revisão de literatura em obras clássicas e contemporâneas das áreas de urbanismo, sociologia, filosofia e estudos de gênero. Entre os principais autores consultados estão Evelyn Reed, Friedrich Engels, Zygmunt Bauman, Simone de Beauvoir e Judith Butler. Documentos legais, como a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade e relatórios de instituições como IBGE, IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, também foram analisados para contextualizar a questão de gênero no espaço urbano.

A pesquisa de campo foi conduzida no município de Barra do Bugres (MT), com foco nos grupos de mães solteiras e universitárias. A escolha dos grupos se deve à representatividade e à possibilidade de comparar diferentes perspectivas sobre o uso do espaço urbano. Foi aplicado um questionário online, divulgado por meio de plataformas digitais como WhatsApp e Facebook, para coletar dados sobre as vivências, dificuldades e percepções das participantes.

A análise foi dividida em duas dimensões: técnica e subjetiva. A primeira baseou-se em um levantamento detalhado da infraestrutura urbana, com ênfase em aspectos como pavimentação, iluminação, acessibilidade e disponibilidade de espaços públicos. Guias de planejamento, como o Guia Global de Desenho de Ruas, foram utilizados como referência para avaliar e propor melhorias. Já a segunda focou nas percepções das participantes sobre segurança, mobilidade, caminhabilidade e convivência nos espaços públicos. Obras como *Vida e Morte das Grandes Cidades* de Jane Jacobs e *Cidades para Pessoas* de Jan Gehl foram utilizadas como suporte teórico.

Com base nos resultados das análises, foi elaborado um guia para a criação de espaços públicos mais inclusivos e sensíveis às questões de gênero. As diretrizes propostas foram desenvolvidas com o objetivo de atender às necessidades das mães e beneficiar a comunidade como um todo, promovendo uma maior equidade no planejamento urbano.

3 RESULTADOS

Ao longo da história, em diferentes momentos, as mulheres foram submetidas a imposições culturais e à dominação, moldando suas experiências e posições sociais. Para compreender essa dinâmica, é essencial esclarecer alguns conceitos-chave que ajudam a contextualizar o tema.

A identidade de gênero é tradicionalmente definida com base no sexo biológico atribuído ao nascimento. Contudo, a psicóloga Maria Fávero, em seu livro *Psicologia do Gênero: Psicobiografia*,

Sociocultural e Transformações, descreve a identidade de gênero como um mecanismo que institui papéis sociais. Esse sistema de atribuição foi “naturalizado” por diferentes esferas do saber — como a ciência, a religião e a psicologia — para legitimar papéis “naturais” aos gêneros: ao homem, características como força, inteligência e o papel de provedor; à mulher, fragilidade e maternidade.

Essa dicotomia constitui o cerne do padrão patriarcal, usado para justificar o privilégio biológico e a supremacia masculina. É por meio dessa construção que os papéis sociais são “naturalizados”, definindo o que é permitido ou proibido, moral ou imoral, aceitável ou não para cada gênero. Essa normatividade estabelece regras que delimitam os espaços e comportamentos associados às diferentes identidades. Judith Butler, em sua obra *Problema de Gênero: O Feminismo e a Subversão da Identidade*, reforça essa análise ao destacar que:

Não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente constituída pelas próprias expressões que se acredita serem seus resultados. ((Butler, 1990, pág. 25).

Dessa forma, a identidade de gênero não é intrínseca ou fixa, mas construída socialmente e constantemente reforçada por meio de normas e práticas culturais.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (Butler, 1990, pág. 26).

Dessa maneira as mulheres ao assumirem o gênero feminino, passam a representar a marca da inferioridade social, a maternidade, a privação de espaços, corpo sexual, a invisibilidade e as vulnerabilidades, o que ocasiona os modos de vida e aspectos culturais que em muitos casos prevalecem até hoje.

A figura mais antiga da história a qual correspondia o ideal de beleza aos olhos do homem pré-histórico, é a estatueta da Deusa “Vénus de Willendorf” (Figura 1) de aproximadamente 28 mil anos. É uma mulher realçada nas suas características de fertilidade, seios, vulva e barriga. Esta mulher tinha a função mística de trazer boa colheita e a fertilidade. O valor atribuído a figura feminina nesta época era compreendido como um privilégio da natureza para a evolução do grupo (Silva, 2016).

Figura 1 – Vênus de Willendorf



Fonte: Encyclopedia Britannica

Portanto, ao mesmo tempo em que as casas e pequenos aglomerados humanos formavam-se devido ao início da sedentarização, paralelamente ocorria uma espécie de confinamento feminino, delegando as mulheres aos espaços e funções distintas dos homens. Foi o início das relações de opressão, condição de submissão e reserva da mulher no espaço do lar.

Se faz necessário ressaltar que já na Antiguidade dentro do próprio gênero feminino existiam diferenças quanto as classes sociais, designando funções que cada mulher obteria. Portanto, como os olhares tradicionais sobre o universo feminino se restringia basicamente a casa, o papel de outras mulheres era raramente relatado. Como cita Karen Franklin em *O Papel da Mulher na Cidade*.

Em Atenas, por exemplo, como indica Demóstenes em *Contra Neera*, há diferentes categorias de mulheres, onde a esposa legítima (*gunê gametê*), a concubina (*pallakai*) e a cortesã (*hetairai*), correspondem a funções específicas e às necessidades masculinas, determinadas pela organização social da cidade que reconhece os direitos políticos diferentes para as diferentes figuras femininas: “A condição do casamento reside na procriação. Temos as cortesãs para o prazer, as concubinas para os cuidados de todos os dias, as esposas para nos dar crianças legítimas e para guardar fielmente os bens da casa.” (Tradução do autor) (Franklin, 2010).

Em Atenas, as legislações de Sólon reforçavam o controle masculino sobre as mulheres, que não tinham direito de expressão pública e eram frequentemente usadas para exibir o poder do marido.

Enquanto os homens tinham liberdade para relações extraconjugais, as esposas eram obrigadas à submissão e fidelidade, assegurando a herança e o status familiar (Foucault, 1984).

A mobilidade das mulheres nos espaços públicos era limitada e dependia de sua classe social. Esposas podiam frequentar igrejas, eventos religiosos e teatros, enquanto heterás (prostitutas) tinham maior liberdade para atender os homens em eventos. Já sobre as escravas, há poucos registros disponíveis (Franklin, 2010).

Na Antiguidade, o padrão estético feminino também mudou, idealizando proporções específicas, como exemplificado na estátua helenística da Vênus de Milo, que representava curvas femininas sensuais, um corpo alongado e seios pequenos (Karnal, 2018).

Entrando na Idade média, com a desagregação do Império Romano (século V ao XV), o processo de ruralização se estabeleceu. Por volta do século XI consolidou o feudalismo.

As estruturas sociais foram estabelecidas conforme descrito no capítulo I. Eram compostas basicamente por senhores feudais, clero e os camponeses.

Segundo Silvia Federici em sua obra *A Bruxa e o Calibã* ocorreu um processo de proletarianização, sendo que por mais que os nobres não fossem donos das terras, eles detinham o direito de exploração e tributação sobre aqueles que obtinham menos. Nessa disputa entre os servos e senhor, o senhor tornava-se cada vez mais rico e os servos que não possuíam tantas terras acabavam se endividando e vendendo essas terras para senhores. Assim só sobrava a venda da sua força de trabalho (Federici, 2017).

As mulheres nessa época assim como nos períodos que antecederam, eram subordinadas ao pai/marido ou parente do sexo masculino. Nos afazeres domésticos e cuidados ao redor da casa as mulheres trabalhavam em conjunto (atividades coletivas), além de terem o direito a herdar e gerir patrimônios, vassalos e cavaleiros (Federici, 2017).

Entretanto, fazendo um recorte racial, a situação para as mulheres negras, segundo Ângela Davis em *Mulheres, Raça e Classe*, não desfrutava da ideologia feminina. Uma típica escrava era como qualquer homem negro, definida como propriedade de trabalho lucrativo.

Os homens negros não podiam aspirar à função de “chefes de família”, muito menos à de “provedores da família”. Afinal, homens, mulheres e crianças eram igualmente “provedores” para a classe proprietária de mão de obra escrava (DAVIS, 2016, pág. 26).

A maioria das mulheres, durante o período feudal, desempenhava o trabalho agrícola como atividade principal, enquanto as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos eram considerados secundárias. No entanto, quando conveniente para os senhores, essas mulheres eram exploradas sexualmente e reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 25).

No contexto brasileiro, o sistema feudal foi introduzido com a chegada dos portugueses. As mulheres indígenas, inicialmente vistas como objetos de atração sexual, foram inseridas em relações que geraram mestiços, herdeiros de um sistema aristocrático, patriarcal e escravocrata. Assim, a mulher indígena passou a ser percebida principalmente como uma escrava sexual. Antes disso, as indígenas, embora consideradas inferiores, desempenhavam papéis essenciais nas aldeias: circulavam livremente, sustentavam as comunidades e eram as principais provedoras do lar. Com a resistência indígena à escravidão, os portugueses decidiram importar mão de obra africana escravizada (BASEGGIO e SILVA, 2015).

As mulheres negras, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, foram submetidas a níveis ainda mais intensos de opressão. No Brasil, a escassez de mulheres europeias ampliou a exploração sexual dessas mulheres, enquanto, nos Estados Unidos, a proibição do tráfico negreiro as forçou a assumir funções adicionais. Eram exploradas sexualmente e valorizadas pela fertilidade: aquelas capazes de gerar numerosos filhos eram vistas como "tesouros", instrumentos que garantiam a expansão da força de trabalho escravizada. Essas mulheres eram tratadas como "reprodutoras", cujo valor era calculado com base em sua capacidade de procriação (Davis, 2016, p. 25-26).

Com o renascimento urbano, as mulheres, muitas vezes forçadas pelo êxodo rural, migraram para as cidades, onde foram obrigadas a desempenhar atividades tradicionalmente associadas aos homens (Federici, 2017). Paralelamente, o reconhecimento social da beleza feminina passou por uma transformação. A arte renascentista começou a idealizar o corpo feminino, como exemplificado na obra *O Nascimento de Vênus*, de Botticelli (1483), que simboliza a beleza celestial e a pureza espiritual, comparando-a à imagem de Maria (Vieira, 2010).

No século XII, práticas como o aborto e a homossexualidade foram proibidas, com justificativas econômicas e políticas. O aborto foi restringido sob o argumento de que mulheres com controle sobre seus corpos poderiam causar uma redução na força de trabalho. Da mesma forma, a homossexualidade foi criminalizada por representar uma ameaça à formação de casais heterossexuais, o que implicava menor procriação e, conseqüentemente, menor disponibilidade de trabalhadores (Federici, 2017).

Esse sistema androcêntrico estruturou-se de maneira a controlar diferentes classes de cidadãos, intensificando ainda mais a opressão contra mulheres negras, que enfrentam uma tripla discriminação: de gênero, classe social e raça. Além de desempenharem os papéis atribuídos à identidade feminina, as mulheres negras foram forçadas a assumir funções produtivas similares às dos homens negros, sendo exploradas tanto como força de trabalho quanto pela sexualização de seus corpos.

Durante a Revolução Francesa, enquanto o Iluminismo buscava romper com os antigos regimes e proclamava os *Direitos do Homem e do Cidadão*, as mulheres foram amplamente ignoradas, permanecendo relegadas à visão tradicional de inferioridade em relação aos homens.

Com o advento da Revolução Industrial, consolidou-se a naturalização do trabalho reprodutivo, um papel imposto às mulheres sem reconhecimento ou valor próprio, visto apenas como suporte à produção econômica. Isso forçou muitas mulheres a abandonarem suas ocupações tradicionais para ingressarem nas indústrias, onde, como cidadãs de segunda classe, eram vistas como mão de obra mais barata que os homens. Essa desigualdade salarial, originada nesse período, persiste até os dias atuais, representando mais um direito negado ao sexo feminino (Federici, 2017).

Apesar das imposições, sempre houve mulheres que resistiram aos papéis sociais atribuídos. Na Idade Moderna, essas resistências se intensificaram, com movimentos em prol dos direitos civis, igualdade de gênero, direito ao divórcio e cidadania política. Embora as mulheres tenham começado a frequentar alguns espaços anteriormente dominados pelos homens, essa presença não era reconhecida como um direito legítimo. Elas continuavam excluídas das esferas de decisão em quase todos os espaços (Beauvoir, 1970).

A busca pela emancipação econômica também gerou tensões com os homens, que viam isso como uma ameaça ao modelo social tradicional. Mulheres que desafiassem os "bons costumes" e ocupassem espaços públicos eram frequentemente desqualificadas como esposas ou cidadãs respeitáveis. Como observa Michelle Perrot: "O homem público é uma honra; a mulher pública é uma vergonha para a sociedade."

Com o poder centralizado da burguesia, novas regras sociais reforçaram a separação entre as esferas pública e privada, confinando ainda mais as mulheres ao espaço doméstico, enquanto os homens dominavam o público. No entanto, as mulheres proletárias continuaram a desempenhar jornadas duplas ou triplas de trabalho, combinando funções domésticas com trabalhos extenuantes fora de casa.

Sob o modelo burguês de organização espacial, as mulheres das classes mais baixas, vivendo nas periferias, enfrentavam condições urbanas precárias. Longe dos centros, essas mulheres lidavam com dificuldades de acesso ao trabalho, ambientes inseguros, falta de infraestrutura básica, mobilidade inadequada e escassez de serviços essenciais (Rodrigues, 2017).

A Revolução Industrial e a Revolução Francesa marcaram um ponto de inflexão, dando origem à primeira onda do feminismo. Como afirmou Marx no *Manifesto Comunista*, esses eventos representam um momento de progresso histórico, mas também de contradições, combinando avanços, como urbanização, democratização e industrialização, com exploração, reificação e dominação.

O conjunto desses elementos históricos moldou as condições que as mulheres enfrentam nas cidades hoje. Essas dinâmicas, somadas à interseccionalidade de gênero, classe e raça, continuam a limitar os direitos das mulheres no espaço urbano, intensificando as opressões e desigualdades.

Por fim, é importante reconhecer as lutas e conquistas das mulheres ao longo da história, que nos permitem vislumbrar o direito à cidade sob uma nova perspectiva. Graças ao legado dessas mulheres incríveis, avançamos cada dia mais em direção à igualdade.

3.1 DIREITO DA MULHER À CIDADE

No livro *O Direito à Cidade*, Lefebvre critica o Estado, que perpetua a segregação urbana através do sistema que impõe à sociedade. Ele argumenta que os bairros refletem a visibilidade das diferenças de classe, com muitos não tendo o direito de viver dignamente. A cidade não é apenas um espaço físico, mas o resultado das interações humanas, tornando-se um espaço dinâmico onde as relações sociais moldam sua forma. A cidade se torna um produto das relações de poder, como dominador e dominado, centro e periferia, público e privado, e homem e natureza. Esse espaço é modelado economicamente, com regiões mais bem urbanizadas tendo maior valor, enquanto as periféricas, mais acessíveis, são dominadas por problemas de infraestrutura e maior vulnerabilidade social.

Em grandes e médias cidades, a classe dominante utiliza instrumentos como gentrificação, condomínios fechados e a "Disneyficação" do espaço para afastar os segmentos excluídos e esconder a falta de moradia acessível e condições urbanas degradantes. Nesse contexto, a situação das mulheres é ainda mais grave, com altos índices de violência, assédio e insegurança. O corpo feminino, marcado pelas relações de poder patriarcais, intensifica a exclusão das mulheres no espaço urbano. Elas adotam táticas de evasão por medo, como evitar certos locais ou horários, sendo limitadas em sua mobilidade devido à falta de segurança, especialmente em transporte público e áreas mal iluminadas.

Em 2018, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher registrou 29.430 casos de estupro no Brasil, sendo 3.349 casos de estupro coletivo. As vítimas mais afetadas eram menores de 14 anos (43%) e mulheres de 18 a 59 anos (35%). A maioria dos estupros ocorreu por parte de companheiros ou parentes, representando 49,8% dos casos. O Estado de Mato Grosso é o segundo em registros de estupro no país. Quanto ao feminicídio, 90,8% das vítimas eram mulheres entre 18 e 59 anos, e 95,2% dos assassinatos ocorreram por seus companheiros (C.Mulher, 2018).

Leis recentes, como a Lei Maria da Penha (2006), a Lei do Feminicídio (2015) e a Lei de Importunação Sexual (2018), buscam reduzir a violência contra as mulheres. A última penaliza atos

libidinosos não consensuais, como beijos forçados, assédio no transporte coletivo e toques indesejados (CNJ, 2018).

Esse cenário reflete a estrutura do modelo urbano, que foi historicamente concebido com base nas necessidades dos homens. Espaços públicos eram predominantemente usados por homens, o que é simbolizado pelo Homem Vitruviano de Leonardo da Vinci e o Modulor de Le Corbusier, ambos representando a escala humana a partir do corpo masculino. Esse padrão, que marcou a arquitetura e o urbanismo, acabou marginalizando as necessidades e a presença feminina (Archdaily, 2019).

A mulher, historicamente excluída dos espaços públicos pela cultura patriarcal, foi ainda mais prejudicada quando passou a integrar o mercado de trabalho e a lutar por seus direitos, o que resultou na criação da dupla ou tripla jornada. Nesse contexto, as cidades não estavam preparadas para oferecer suporte adequado às múltiplas atividades desempenhadas pelas mulheres, com setores urbanos muitas vezes segregados entre centro e periferia.

Segundo Zaida Muxí, as mulheres são responsáveis pelos cuidados da reprodução, o que as torna especialistas em exercer múltiplos papéis na cidade. Elas combinam trabalho, cuidados domésticos e com os filhos de forma única. De acordo com o IBGE (2016), as mulheres dedicam 7,6 horas semanais a mais que os homens aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos. Além disso, o assédio é um fator significativo que limita a mobilidade feminina, fazendo com que evitem certos espaços urbanos por medo de violência.

As necessidades das mulheres na cidade diferem das dos homens, especialmente em relação à acessibilidade, transporte público, iluminação e a organização espacial das áreas urbanas, especialmente as zonas mistas, que devem garantir vida tanto diurna quanto noturna (Farinasso, 2016). As mulheres frequentemente realizam atividades que não são exclusivamente suas, como acompanhar idosos nas ruas, respeitando seu ritmo, ou deixar os filhos na escola no caminho do trabalho. Essas diferenças nas experiências cotidianas das mulheres revelam a necessidade de um planejamento urbano que considere suas especificidades (Farinasso, 2016).

4 RESULTADOS

Com base no que a história e a ciência revelam sobre as experiências e o cotidiano das mulheres, foi desenvolvida uma pesquisa autoral com o objetivo de compreender as realidades vividas pelas mulheres nos espaços públicos. A pesquisa busca entender como as mulheres se sentem nesses espaços, suas percepções sobre eles, como esses espaços influenciam suas rotinas e quais infraestruturas básicas são essenciais para atender às suas necessidades.

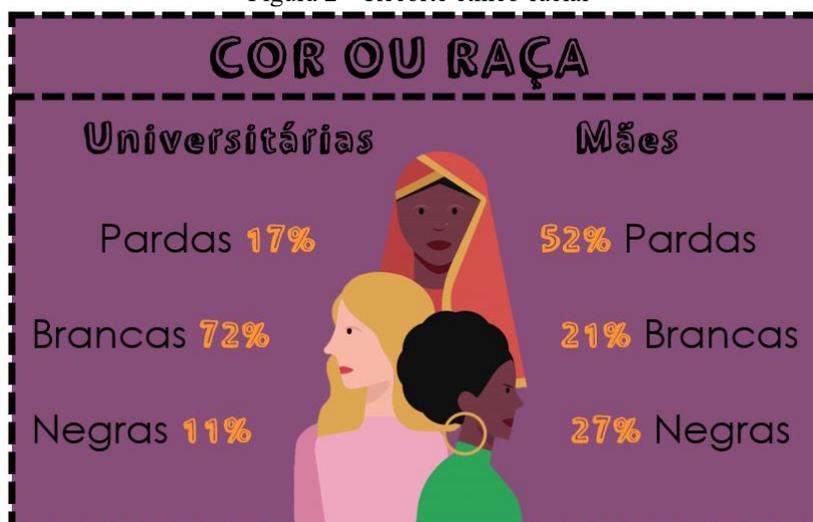
O local de estudo escolhido foi Barra do Bugres, Mato Grosso, uma escolha pessoal que reflete minha própria experiência nesses mesmos espaços, permitindo uma compreensão mais profunda da visão feminina sobre o ambiente urbano. Dada a diversidade de perspectivas nas cidades, decidiu-se fazer um recorte para focar em dois grupos de mulheres: as mães e as universitárias. As mães foram escolhidas como o principal grupo de interesse, pois, conforme dados da pesquisa, as mães solteiras da classe C são as mais afetadas financeiramente e estão frequentemente excluídas das infraestruturas essenciais. As universitárias, por sua vez, foram selecionadas devido à sua presença constante no meu cotidiano, tanto nas ruas quanto nas redes sociais, além de serem um grupo representativo de mulheres que circulam pela cidade durante o dia e a noite. O formulário ficou aberto do dia 28/05/2020 até o dia 17/06/2020.

A pesquisa é classificada como descritiva, obteve 108 respostas, das quais 80 estavam dentro dos parâmetros dos grupos escolhidos. Com 39 mães e 41 universitárias. O questionário possui 28 perguntas, das quais 16 perguntas são fechadas de variável quantitativa, 7 são abertas de natureza exploratória de variável qualitativa, 2 são matrizes, tipo Likert em escala, de variável quantitativa com perfil qualitativo e 3 são de múltipla escolha.

A análise comparativa entre essas duas identidades femininas será baseada nas características e nas situações urbanas de seus bairros. As perguntas da pesquisa foram elaboradas ao longo do desenvolvimento do trabalho, com base em estudos anteriores sobre o tema. A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário eletrônico no Google Forms, devido às limitações impostas pela pandemia de Covid-19.

A primeira pergunta da pesquisa abordou a faixa etária das entrevistadas. A maioria das universitárias tem entre 18 e 22 anos (74%), enquanto a maioria das mães está na faixa de 23 a 32 anos (87%). Em relação ao recorte étnico-racial, observamos uma diferença significativa entre os dois grupos. A maioria das universitárias é branca (72%), enquanto as mães são predominantemente pardas (52%) e negras (27%) (Figura 2).

Figura 2 – Recorte étnico-racial



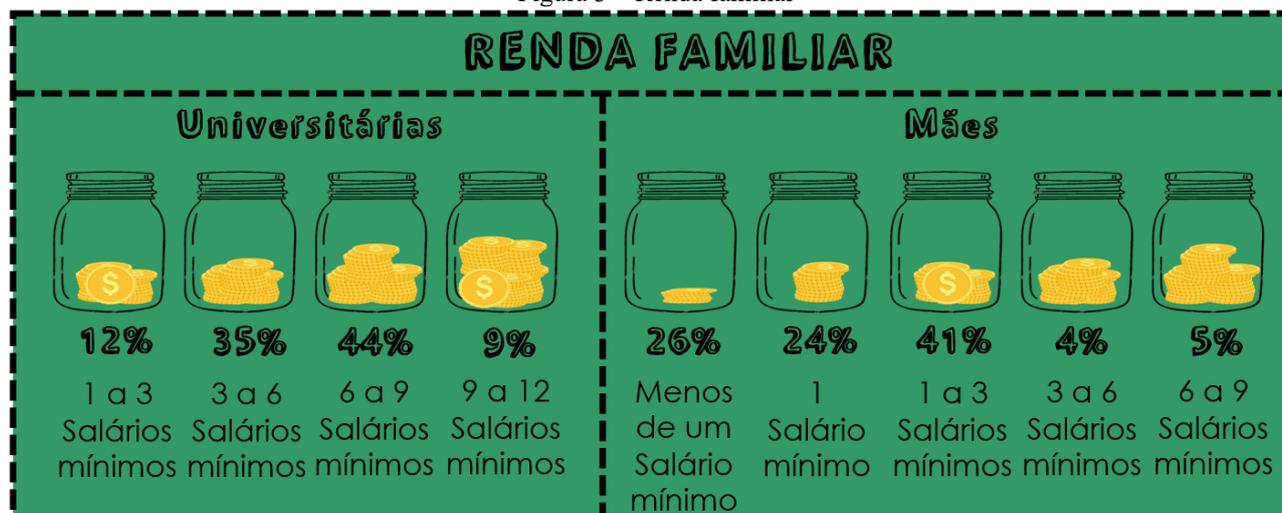
Fonte: elaborado pelos autores

Ao aprofundar as questões no grupo de mães, observou-se que 92% delas têm de 1 a 2 filhos, sendo que 78% possuem filhos menores de 14 anos. Desses, 34% têm menos de 5 anos e 49% estão na faixa etária de 5 a 10 anos. Quanto aos locais mais frequentados com as crianças nos espaços públicos, as praças e parques foram quase unanimemente indicados (96%).

Em relação às ocupações, 65% das mães são contratadas (formal ou informalmente), 29% são autônomas e 4% estão desempregadas. O nível de escolaridade das mães geralmente não ultrapassa o ensino médio completo: 36% delas têm apenas o ensino médio completo, enquanto 43% não concluíram essa etapa.

Quanto à renda familiar, 41% das mães recebem entre 1 e 3 salários-mínimos, 24% recebem 1 salário-mínimo, e 26% têm uma renda inferior a 1 salário. Entre as universitárias, 35% das famílias têm uma renda de 3 a 6 salários-mínimos, e 43% possuem uma renda de 6 a 9 salários. Em termos de arranjo familiar, 56% das mães são solteiras e 29% são casadas, enquanto 100% das universitárias são solteiras (Figura 3).

Figura 3 – Renda familiar



Fonte: elaborado pelos autores

Nas perguntas seguintes, foram exploradas as vivências e percepções das entrevistadas sobre o espaço urbano. Observou-se uma diversidade de opiniões, principalmente em relação à sensação de insegurança no ambiente urbano. Ao serem questionadas sobre os motivos de gostar ou não de seus bairros, a maioria das universitárias (14%) afirmou gostar do bairro por sua proximidade com a faculdade, enquanto 18% não gostam devido à falta de iluminação e pavimentação adequadas, e 18% mencionaram a falta de arborização como um fator negativo. No caso das mães, 17% consideram o bairro tranquilo e calmo, e 15% se sentem seguras por conhecerem todos no local. Em relação ao que não gostam, 17% das mães mencionaram a falta de arborização e 11% destacaram a falta de iluminação e pavimentação.

Na pergunta seguinte, sobre a classificação da qualidade dos espaços públicos, as universitárias avaliaram os serviços como predominantemente fracos a regulares, com apenas uma alternativa (alternativa 6) recebendo classificação de muito bom a excelente. Já para a maioria das mães, as alternativas 1, 3, 8 e 9 foram classificadas como fracas a regulares. As alternativas 2 e 4 receberam avaliações entre fraco e satisfatório, enquanto as alternativas 5 e 7 foram majoritariamente classificadas como fracas (Figura 4).

Figura 4 – Qualidade da infraestrutura



Fonte: elaborado pelos autores

Em relação ao meio de locomoção mais utilizado pelas entrevistadas, 71% das universitárias afirmaram que caminham a pé, enquanto 12% utilizam a bicicleta. Entre as mães, a bicicleta é ainda mais comum, com 26% utilizando esse meio, enquanto 53% optam por andar a pé.

Nas tarefas diárias nos espaços públicos, a maioria das mães relatou que 16% vão ao mercado, 18% levam os filhos à escola, 14% vão ao trabalho e 12% permanecem em frente às suas casas. Já as universitárias, 32% indicaram que vão para a faculdade, 14% saem para lazer e 18% vão ao mercado.

Quando perguntadas se sentem que suas necessidades são atendidas nos espaços públicos de Barra do Bugres, a maioria de ambos os grupos respondeu negativamente, com 97% afirmando que não.

Sobre o que gostariam de mudar nos espaços públicos para melhor atender às suas necessidades, as respostas dos dois grupos foram bastante semelhantes: 20% desejam melhorar a iluminação, 24% a arborização e 20% a pavimentação. Destacou-se que 13% das universitárias pediram por ruas completas, enquanto 20% das mães solicitaram mais praças.

Em relação ao lazer desejado para o bairro aos finais de semana, a maioria dos grupos mencionou praça e parque (37%) e área gramada/espaços naturais (35%). Quando questionadas sobre a frequência das pessoas nas ruas durante o dia e à noite, tanto as universitárias quanto as mães relataram que durante o dia a frequência é considerada satisfatória ou muito boa. No entanto, à noite, as respostas variaram de frequência fraca a satisfatória.

Quanto ao medo de andar no bairro, os grupos apresentaram opiniões distintas: 92% das universitárias afirmaram sentir medo, enquanto 68% das mães não relataram medo. As justificativas para o medo foram poucas, mas quase unânimes, com destaque para as ruas escuras e terrenos ociosos. Quando perguntadas se já deixaram de sair à noite por medo, 97% das universitárias e 80% das mães afirmaram que sim.

Na próxima pergunta foi questionado se alguma vez já mudou o caminho da rua por medo 97% das universitárias relataram já mudar o caminho, já as mães 90% também.

Na pergunta seguinte foi questionado se já sofreram alguma forma de violência física, psicológica, moral ou sexual em algum espaço público, das universitárias 100% responderam sim, já as mães 60% não sofreram.

Das mulheres que sofreram violência, foi relatado um ou mais aspecto em relação a violência da mesma mulher. Ao serem questionadas se sentem-se seguras de andar nos espaços públicos, 92% das universitárias responderam que sim. As mães já sentem menos essa insegurança, 31%.

Sobre o conhecimento de serviços de atendimento à mulher a maior das mulheres que não conheciam eram mães, 70% contra 35% das universitárias. A última pergunta, foi solicitado para comentarem algum caso de violência que tenha ocorrido com elas que ficou marcado em suas lembranças.

Após a discussão sobre a entrevista aplicada as mulheres de Barra do Bugres, se faz necessário, um olhar técnico sobre os locais citados pelas participantes.

5 CONCLUSÃO

No início deste trabalho, surgiu uma dúvida central sobre como seriam as cidades construídas a partir de uma perspectiva de gênero. Assim, tornou-se essencial aprofundar o tema da cidade para mulheres. O objetivo geral da pesquisa foi investigar como as mulheres utilizam as cidades, a fim de traçar diretrizes que atendam às suas necessidades. Esse objetivo foi alcançado por meio de dados estatísticos e de um referencial bibliográfico especializado no tema.

O objetivo específico foi entender por que as cidades não atendem adequadamente às mulheres, investigar se a falta de direito à cidade para elas e para eles é equivalente, identificar as necessidades e dificuldades enfrentadas pelas mulheres e como elas gostariam que esses espaços fossem. Esse objetivo também foi cumprido, embora tenha sido difícil encontrar dados concretos sobre a vivência das mulheres nas cidades brasileiras.

A pesquisa partiu da hipótese de que as cidades são projetadas para e por homens. Essa hipótese foi confirmada, mas também refutada em certa medida. Como discutido ao longo do trabalho, a história da civilização oferece várias hipóteses sobre o que ocorreu nas sociedades antigas, mas, com base em estudos acadêmicos, pode-se afirmar que as cidades foram inicialmente criadas por líderes masculinos e para homens, já que, sem representação feminina, não seria possível atender às necessidades das mulheres.

Portanto, o problema central do trabalho foi respondido. Atualmente, muitos países têm integrado questões de gênero nos sistemas de ensino, debates acadêmicos, políticas públicas e cargos de liderança. A pesquisa revelou como a história moldou o espaço urbano e as relações de poder na sociedade, destacando a falta de uma perspectiva feminina na construção desses espaços.

Este trabalho abordou o desajuste entre as necessidades das mulheres e as cidades, buscando entender as percepções de um grupo invisibilizado para criar diretrizes urbanas mais inclusivas. O objetivo foi desenvolver um Guia para espaços públicos e vazios urbanos sensíveis ao gênero, com recomendações que atendem a todos os moradores.

A pesquisa enfrentou dificuldades, como a complexidade da história das mulheres e do patriarcado, que exigiu o uso de obras de ciências sociais, e as limitações do questionário online, que não permitiu interação direta com as entrevistadas, dificultando a obtenção de respostas completas. Além disso, devido à pandemia de COVID-19, não foi possível realizar visitas a campo, o que comprometeu a compreensão mais profunda das necessidades do grupo.

Como recomendações para futuros trabalhos, destaca-se a criação de guias urbanos voltados para grupos sociais invisibilizados, como LGBTQI+, negros, deficientes e outros. Há uma carência de materiais práticos que abordem as múltiplas necessidades desses grupos em um único espaço urbano.

Também é fundamental envolver os moradores nos projetos, garantindo o direito à cidade para todos, incluindo mulheres, gays, lésbicas, negros, deficientes, idosos e outros grupos sociais.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, S. O segundo sexo: Fatos e mitos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BUTLER, J. Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity. 1990. New York: Routledge.
- C. MULHER. Comissão de defesa dos direitos da mulher. Mapa da violência contra a mulher, 2018. Disponível em: <http://cnti.org.br/html/Smulher/2019/mapaviolencia2019.pdf>
- CNJ. Conselho nacional de justiça. O que é o crime de importunação sexual?. 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-e-o-crime-de-importunacao-sexual/>
- DAVIS. Angela Yvonne. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FARINASSO. G.C. A mulher no espaço público. USP. 2016.
- FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 2. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FRANKLIN. K. O papel da mulher na cidade: atividades femininas na Antiguidade e a idéia de guardiã em Platão. UFPR, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: digitalis.dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/31529/6/10-representacoes_da_cidade_antiga_artigo.pdf
- IBGE. Instituto brasileiro de geografia e estatística. Indicadores sociais de 2016. 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>
- KARNAL, Leandro; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira . Preconceito: uma história, São Paulo Companhia das letras, 2018.
- RODRIGUES. C. F. A mulher no espaço público – Uma reflexão acerca do processo de urbanização contemporâneo e da (não) participação das mulheres na produção do espaço. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503025557_ARQUIVO_Amulherno_espacopublico_ClariceFR.pdf